

Orais Processo Civil I

- 1) Dê uma definição do princípio da economia processual. O que é e o que significa.
- 2) Dê exemplos do princípio da economia processual.
- 3) Imagine que uma empresa de software informático, sociedade sediada em PT celebra um contrato com uma pessoa com residência em Madrid, mas que é venezuelana. É um contrato manutenção do software em Caracas. Celebraram ainda um pacto de jurisdição que dizia o seguinte: “Qualquer litígio é resolvido nos tribunais de Caracas”. A sociedade portuguesa entende que tem pelo menos direito em receber pelo menos o pagamento do preço pelo serviço portado. A ação é colocada no juízo central cível de Lisboa. Os tribunais PT são competentes?
- 4) O tribunal pode remeter o processo para os tribunais efetivamente competentes? Ou seja os tribunais venezuelanos? Como é que funciona na prática?
- 5) Imagine que este senhor que contratou com a empresa reside no porto (esquecer Venezuela). Para prestar serviços de computadores que estão na Covilhã. Qual é o tribunal internamente competente? Valor por pagar: 35 mil, Contrato de prestação de serviços a cumprir na Covilhã. Senhor reside no porto - réu. A sociedade é sediada em Lisboa.
- 6) Imagine que entre o A (mutuante) e B + C (mutuários) celebram um contrato: em que A empresta 20K a BC e BC têm de restituir os 20K mais juros até 15 de janeiro. B e C não restituíram o empréstimo e o A pretende propor Ação. Ele tem de demandar o B e o C ou pode demandar apenas um deles?
- 7) Porque motivo o CC é relevante para decidir questões de legitimidade processual?
- 8) Imagine que a pessoa é citada para contestar numa ação não encontra um advogado, mas no ultimo momento encontra um. O advogado propõe ação ou seja contesta, mas sem procuração. O que é que o juiz deve fazer?
- 9) Essa procuração é uma qualquer ou tem de ter alguma menção especial?
- 10) Imagine que num contrato promessa de compra e venda de um imóvel as partes estipulam que qualquer litígio resultante da celebração do contrato promessa deverá ser julgado pelo tribunal de comarca do Porto. O objeto do contrato de promessa é um imóvel que está situado em Braga. Não tendo o promitente vendedor cumprido a obrigação de vender por exemplo vender o imóvel a outra pessoa, o promitente comprador propõe ação para resolução do contrato e condenação do réu no tribunal de comarca de Braga. Será o tribunal de comarca de braga competente?
- 11) Pode o juiz do tribunal da comarca de braga considerar-se inoficiosamente incompetente?
- 12) Imagine agora, quem é que tem de arguir incompetência? Se o réu não arguir incompetência o que acontece?
- 13) . Imagine agora que a ação é proposta no Porto, mas em vez de ser uma ação em que se pede o reconhecimento da resolução e da condenação do réu a reconstituir o sinal, pede-se a execução específica do contrato?
- 14) . Existe juízo central cível em braga?
- 15) Duas manifestações do princípio do dispositivo

- 16) O que é que o juiz faz quando a causa está deserta?
- 17) O que é a instância?
- 18) . O interesse processual tem autonomia perante a legitimidade? Em que é que ambos se distinguem?
- 19) O que é uma injunção?
- 20) Imagine que um contrato de fornecimento de bens a cumprir na argentina feito por Alemanha Portugal e Espanha, onde eventualmente a sociedade espanhola tem também atividade. E resulta do contrato que qualquer litígio decorrente da celebração são competentes os tribunais de Buenos Aires. Serão os tribunais portugueses internacionalmente competentes?
- 21) Ha casos de incompetência absoluta em que o processo pode ser remetido para outro tribunal?
- 22) Imagine que neste contrato promessa o promitente vendedor é um marido casado em regime de comunhão de adquiridos. Nesta ação deve ser demandado apenas o marido ou temos de demandar o marido e a mulher?
- 23) O que significa aperfeiçoar o articulado?
- 24) Imagine que uma empresa de construção constrói um prédio e os moradores começam a verificar infiltrações e percebem que ha um problema no telhado, este foi mal construído. E então o administrador decide propor uma ação contra o construtor propondo uma ação de condenação a empresa sobre os vícios do telhado
- 25) Onde esta o principio da prevalencia da substância sobre a forma? O que é que este principio significa?
- 26) O autor e o réu tem condutas graves, e o juiz decide sancionar visto que ambos litigaram de má fe. O réu e uma seguradora e o autor e uma pessoa singular. Pode o tribunal condenar o autor a uma unidade de conta e o réu a pagar 5 unidades de conta?
- 27) Mandatário não juntou procuração. Como é que o juiz resolve?
- 28) O juiz convida a parte a sanar a falta do pressuposto, e se a parte não o fizer?
- 29) Imagine que uma sociedade que está sediada em Lisboa propõe uma ação de cumprimento de contrato que devia ter sido cumprido em Faro e propõe uma ação contra uma sociedade de Beja, e pessoa singular de Évora. A ação de valor de 37K e proposta no juízo local civil de Lisboa.
- 30) Imagine um contrato entre uma sociedade portuguesa e uma sociedade espanhola onde a Sociedade portuguesa tem o objetivo de prestar serviços informáticos. Celebram um pacto de jurisdição onde se diz que qualquer litígio resultante deste contrato deve ser resolvido pelos tribunais venezuelanos. Admitindo que a sociedade espanhola não paga o serviço prestado, a sociedade portuguesa decide propor uma ação no tribunal português de Lisboa. Os tribunais portugueses são competentes?
- 31) E se não houvesse pacto de jurisdição os tribunais portugueses seriam competentes?
- 32) O tribunal português pode remeter o pedido para o tribunal de Caracas?
- 33) Qual é o artigo que usamos para aferir o âmbito espacial de aplicação do regulamento 1215?
- 34) Em que casos é obrigatório constituir advogado?

- 35) Imagina que o senhor A é agredido pelo senhor B e decide intentar uma ação no valor de 15 mil euros. O senhor A quer saber se para propor esta ação tem de constituir advogado?
- 36) Porque é que esta ação não deve ser instaurada nos tribunais da relação?
- 37) Quais critérios de aferição da competência interna conhece para aferir a competência?
- 38) Imagine que uma ação cujo valor é de 60 mil euros é instaurada num juízo local cível e não no central cível?
- 39) Manifestações do princípio do contraditório no código.
- 40) Princípio do inquisitório o que é que significa e que manifestações é que conhece.
- 41) . A propor uma ação no montante de 100K perante o tribunal da relação de 1000K.
- 42) Imagine que A e B celebram um contrato de compra e venda e nesse mesmo contrato inserem uma clausula segundo a qual qualquer litígio emergente daquele contrato deve ser resolvido perante os tribunais do Estado da Califórnia. Vamos supor que o A está domiciliado em Portugal e o B na Califórnia. E vamos supor que o contrato foi celebrado em Portugal. Imagine que uma das partes não cumpre e foi proposta uma ação num tribunal português. É competente?
- 43) Se não fosse este pacto os tribunais portugueses seriam competentes?
- 44) Vamos supor que estão preenchidos os requisitos os art. Do 94º. A ação é proposta em Portugal. Quid iuris?
- 45) Distinção de 3 Figuras: Pacto de jurisdição, pacto de competência e convenção de arbitragem.
- 46) Que vertentes do princípio do dispositivo é que conhece? Exemplos de manifestações.
- 47) Numa ação de pagamento da dívida o tribunal condena o réu no pagamento de 11 mil, o autor pede a condenação do seu em 10 mil.
- 48) O autor pede a condenação do réu numa indemnização em dinheiro e o juiz atribui ao autor não essa indemnização mas condena o réu a prestar determinados serviços ao autor por compensação pelos danos que provocou
- 49) O regime das nulidades processuais e comparação com as nulidades do direito substantivo. São de conhecimento oficioso? São sanáveis?
- 50) Imagine um contrato promessa de CV de um imóvel entre 2 promitentes compradores (sociedade comercial + pessoa singular) e o autor é a sociedade comercial. O promitente comprador tem domicílio em Lisboa. Um dos promitentes vendedores - pessoa singular tem domicílio em Lisboa e o outro a sociedade tem sede. O sinal foi de 10K. As partes convencionarem que para conhecer qualquer litígio são competentes os tribunais de comarca de Lisboa. Na data para a escritura os compradores não apareceram, o autor quer propor a ação em que pede restituição do sinal em dobro e a resolução do contrato. Propõe ação em juízo central cível de Leiria. É competente?
- 51) E se o promitente comprador em vez disto propõe uma ação de execução específica no juízo central cível de LX. Mantendo o pacto, a ação no tribunal de Leiria é competente?
- 52) O que é que o juízo central cível de Leiria deve fazer?

- 53) Com base em que princípio?
- 54) A ação é proposta e um dos réus vem a descobrir que o autor tem apenas 17 anos. O réu alega isso na contestação. O que é que o juiz deve fazer?
- 55) Imagine que nesta ação, o juiz para além de estar tudo bem não há aqueles problemas mas o juiz está a ler os articulados e verifica que os réus incumpriram a obrigação de celebrar o contrato mas o réu não especificou como ocorreu especificamente a situação. O que é que o juiz pode fazer perante um articulado deste género
- 56) Debata-se o interesse processual é sequer um pressuposto. O que lhe parece?
- 57) Imagine que um senhor francês adquiriu em Lx um apartamento e que celebrou um contrato de arrendamento com duração de 1 mês com um senhor japonês que reside em França. O senhor japonês não paga a renda. Quais os países com os tribunais competentes para conhecer desta ação? É uma ação de cumprimento do contrato.
- 58) . Imagine o seguinte: como sabe a réplica serve para responder ao pedido reconvenicional. Antigamente servia também para responder às exceções alegadas na contestação. E diz também que as exceções o autor responde na Audiência prévia. Pode o juiz convidar o autor a responde por escrito às exceções?
- 59) Concorda com esta afirmação: “ o principio do dispositivo tem mais relevância em matéria de direito do que em matéria de facto?
- 60) Pode o juiz fazer uma interpretação jurídica do caso apesar desse enquadramento não ter sido proposto pelas partes?
- 61) Imagina um contato de fornecimento de cortiça celebrado entre uma sociedade PT e uma sociedade Alemã. A cortiça deve ser entregue no Brasil, onde a empresa Alemanha tem fábrica e a empresa alemã compromete-se a pagar 1 preço. As partes convencionam um pacto em que são competentes os tribunais brasileiros. A sociedade PT perante o incumprimento da sociedade alemã decide propôs a ação de cumprir no juízo central cível de LX. São ou não os tribunais PT internacionalmente competentes?
- 62) A e B proprietários do imóvel são casados. Arrendam a C, este deixa de pagar a renda. O casal despeja C -apenas o marido como autor. Na defesa o réu alega que o autor não é parte legítima uma vez que a mulher também devia ser demandada.
- 63) Imagine que estamos a falar de uma renda de 30mil. E que o réu responde à PI sem constituir mandatário. O que lhe parece?
- 64) Dê me três manifestações do princípio da economia processual
- 65) O que significa o princípio da prevalência da substância sobre a forma e indique-me uma manifestação desse princípio.
- 66) Imagine que um pirata informático que vive em Espanha decide praticar um computador aqui na faculdade. A faculdade decide propor a ação de responsabilidade civil contra o pirata. Que é um sul africano e reside em Espanha. Propõe a ação no juízo central cível de Lisboa. Indemnização de 100 mil. Os tribunais Pt são competentes?
- 67) O pirata contesta a ação alegando que falta de competência internacional dos tribunais portugueses. E impugna os factos dizendo que não foi ele que pirateou o computador

- 68) Imagine que o A empresta ao B e ao 2 10k e 15k. O C fica obrigado a restituir 5K no final do ano de 2019. O A sabe que o C desaparecem então decide propôr a ação contra o B pedindo que restitua os 10K. O que é B podia fazer?
- 69) E se o autor não quisesse fazer intervir a outra parte?